

A INFLUÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA, NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eric de Oliveira[1]

Débora Monteiro do Amaral[2]

Círculo de Saber: Questão agrária e disputas territoriais dos povos do campo, das águas e das florestas

Palavras-chave: Assentamentos; Reforma agrária; Paisagem.

Introdução

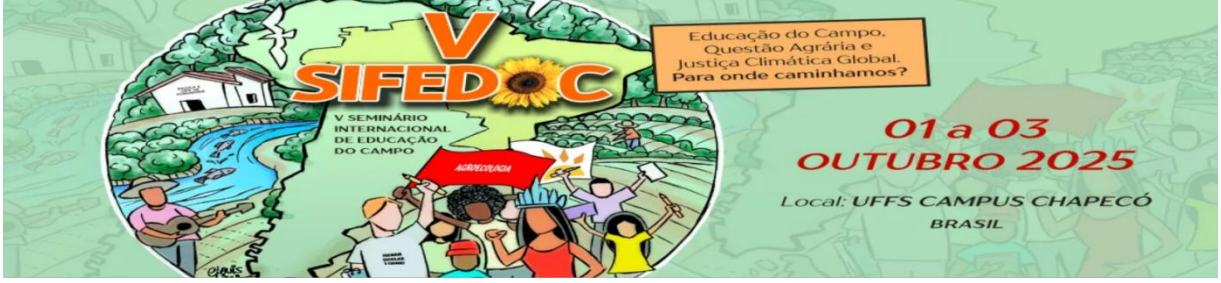
Esta pesquisa propõe investigar como os assentamentos da Reforma Agrária oferece uma alternativa a esse modelo de produção, promovendo sistemas agroflorestais, a diversificação da produção e a conservação da biodiversidade. Ao analisar as experiências de assentamentos na região, buscou-se identificar as práticas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e para a conservação dos recursos naturais analisando, os limites e contradições, pois, o campo sempre foi um espaço de produção, resistência no campo econômico, político e cultural.

Mesmo com avanços da indústria papeleira, foi possível conquistar áreas para a Reforma Agrária. A partir daí é possível mostrar os impactos das transformações econômicas, socioculturais, populacionais da região, assim como os conflitos gerados nesses territórios, evidenciando as mudanças ocorridas após a instalação dos assentamentos.

Neste caminho, temos como questão central da pesquisa: Qual a influência dos assentamentos da Reforma Agrária na transformação da paisagem do campo e o impacto no desenvolvimento econômico do município de Conceição da Barra, no

[1] Mestre em Educação e Professor da Escola Família Agrícola de Jaguaré. E-mail: eric.eira.mepes@gmail.com.

[2] Doutora em Educação. Professora no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: deboramdoamaral@gmail.com.



litoral norte do estado do Espírito Santo, e como esses assentamentos fazem resistência ao monocultivos de eucalipto? De acordo com essa temática sugerimos os seguintes objetivos: Investigar o processo histórico de conquista dos Assentamentos da Reforma Agrária no município de Conceição da Barra, região do litoral norte do Espírito Santo. Analisar as transformações na paisagem, com base em imagens de satélite, identificando as mudanças no uso do solo e na cobertura vegetal.

A justificativa desta pesquisa reside na importância de compreender como os assentamentos da Reforma Agrária têm transformado a paisagem rural e contribuído com o desenvolvimento econômico do Município de Conceição da Barra. Ao analisar os impactos do modelo do monocultivos de eucalipto e identificar os avanços e desafios na implantação dos Assentamentos de Reforma para a construção do território camponês, com um modelo de desenvolvimento rural na perspectiva da Reforma Agrária Popular na região. A monocultura do eucalipto concentra boa parte dos latifúndios do Estado do Espírito Santo, com mais de 134 mil hectares.

A metodologia do estudo se baseia na pesquisa qualitativa, na pesquisa documental, sites, georreferenciamento e na observação dos territórios pesquisados. Foi utilizado a pesquisa bibliográfica por meio de livros, fotografias, teses, dissertações e artigos publicados em periódicos e anais de eventos considerando os temas chaves para a discussão pretendida a partir da abordagem teórica metodológica proposta.

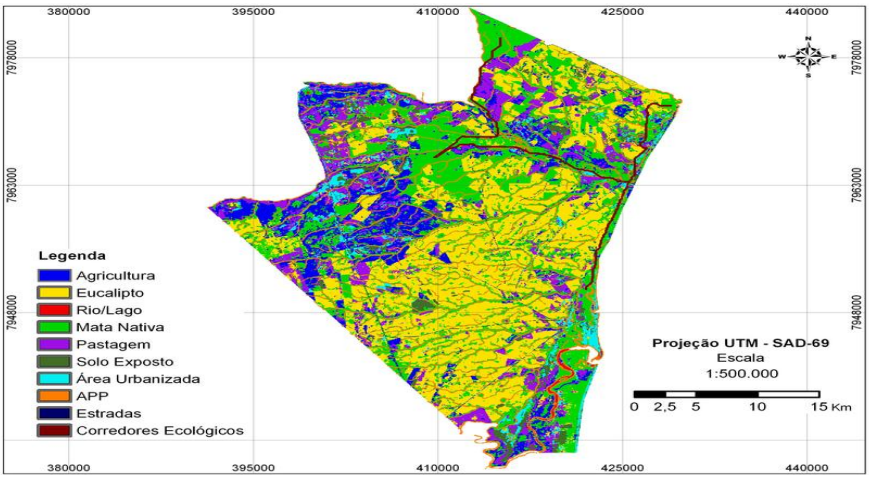
Os Assentamentos da Reforma Agrária Popular no Município de Conceição da Barra- ES.

Os assentamentos de Reforma Agrária conquistados e criados por meio da luta pela terra no município de Conceição da Barra no litoral norte do Estado do Espírito Santo compõem o cenário desta pesquisa. O Município de Conceição da Barra, possui uma área de 1.184,944 km², correspondendo a cerca de 2,25% do território do Espírito Santo (ATLAs, 2011).

Nos últimos quarenta anos este município foi impactado com a devastação de seu bioma com a substituição da Mata Atlântica pelo eucalipto. Podemos observar a figura abaixo, a extensão territorial do município de Conceição da Barra e o tipo de ocupação. Verificamos que a maior parte do espaço territorial é ocupada pela

monocultura do eucalipto, principalmente na grande faixa litorânea. Levando em conta a agricultura do município mostra toda a área plantada, o que inclui também a produção em média e grande escala da cana-de-açúcar, mamão e outras práticas agrícolas empresariais desenvolvidas no território do município de Conceição da Barra. Além disso, o eucalipto ocupa o maior espaço territorial, traz evidência do número de comunidades camponesas que deixaram de existir, nos mais variados espaços do município.

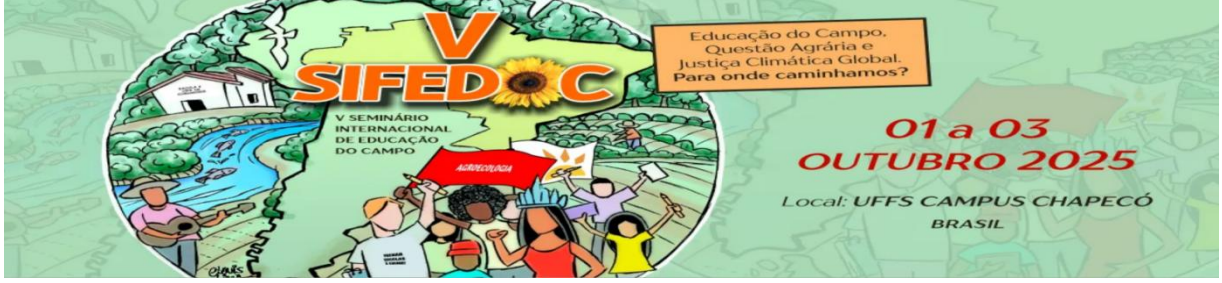
Figura 01: Uso e ocupação do solo no município de Conceição da Barra



Fonte: :Incaper/Conceição da Barra.

Neste município por meio de lutas e conflitos foram conquistados cinco assentamentos, que são oriundos da organização do MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro assentamento a ser conquistado foi o Rio Preto/Itaúnas criado em 25 de agosto de 1985 com uma área de 460 hectares assentando 30 famílias; o segundo o Independência foi criado em 14 de março de 1988 com uma área de 103 hectares assentando 10 famílias; o terceiro o Pontal do Jundiá foi criado em 16 de dezembro de 1989 com uma área de 778,27 hectares assentando 48 famílias; o quarto o Valdício Barbosa dos Santos foi criado em 09 de abril de 1996 com 888,40 hectares assentando 89 famílias; e o quinto o Paulo Vinhas foi criado em 05 de dezembro de 1996 com 474,09 hectares assentando 63 famílias.

A luta pela Reforma Agrária no Norte do Espírito Santo, espelha a problemática agrária brasileira, ou seja, questiona a concentração da terra e o monocultivo do eucalipto que é o modelo econômico do agronegócio nesta região. Conforme

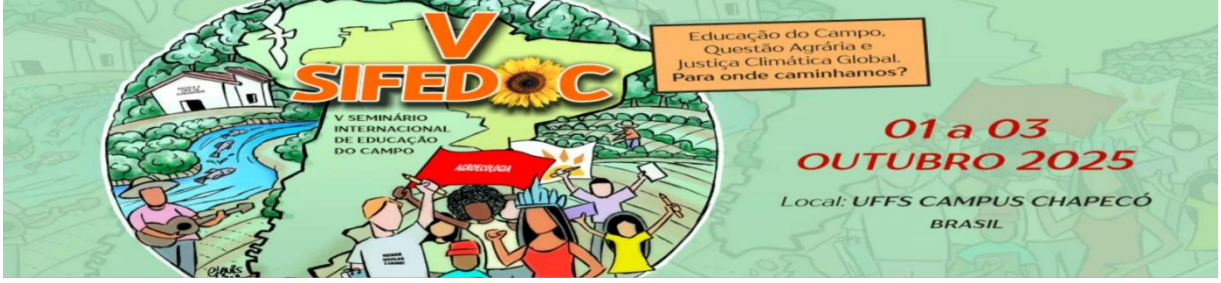


compreende Stedile (2012), a reforma agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os latifúndios, e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral. No entanto, isso não acontece por acaso, e sim por pressão das famílias camponesas que se organizam em acampamentos, fazem a ocupação de terra, como principal estratégia para a conquista de assentamentos de Reforma Agrária.

De acordo com Souza “et al” (2005), a história do MST no Espírito Santo, é retratada por meio de ações concretas e coletivas, do *ocupa - desocupa*, bem como das conquistas de pedaços de terra e dos *punhados* de dignidade e cidadania. Para o MST (2020), cada vez mais a luta pela Reforma Agrária implica o enfrentamento ao capital, que se manifesta na luta contra as grandes empresas transnacionais, como as do agronegócio, responsáveis pela produção dos agrotóxicos, sementes transgênicas e o esgotamento dos recursos naturais. As consequências desse modelo destrutivo ao meio ambiente, passa a ser paulatinamente sentida na maior parte da população que vive nos grandes centros urbanos, demonstrando que é necessário a sociedade se posicionar na defesa do território camponês e de um projeto de campo sustentável.

Os assentamentos de Reforma Agrária se constituem como território camponês. Para Fernandes (2009), o território camponês é o espaço de vida dos camponeses/as. É o lugar ou os lugares onde umas enormes diversidades de culturas camponesas constroem sua existência. O território camponês é uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída por mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos principalmente pelas populações urbanas.

Os impactos do monocultivos de eucalipto têm sido denunciados há décadas por movimentos sociais, políticos e ecológicos, por gerar concentração de terra e renda, esvaziamento do campo, danos ao solo, à água e ao equilíbrio natural. Os



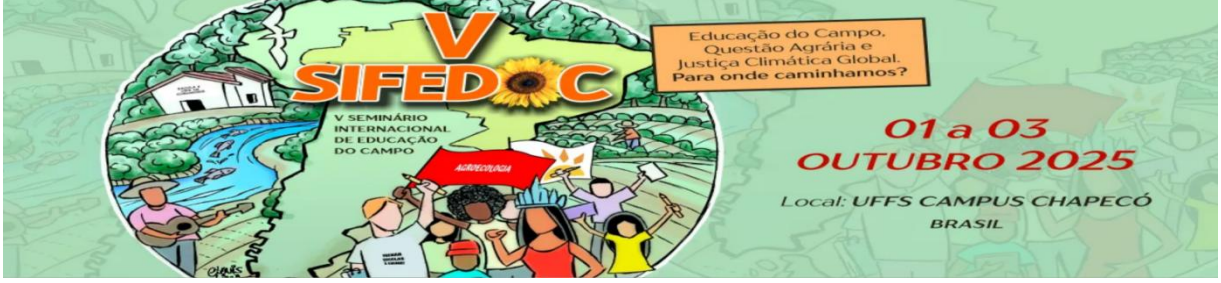
municípios passam a sofrer com a contaminação do solo e da água gerados pelos plantios de eucalipto, da mecanização, que gera desemprego em larga escala, miséria, promovendo o êxodo rural, além de possíveis derrubadas de matas nativas e grilagem de terras envolvidas em processos para obtenção de terras.

Compreender tais transformações demanda uma abordagem que vá além da dimensão física do espaço. Para Milton Santos (1996), o espaço geográfico é o resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo constantemente produzido e modificado pelas práticas sociais. Nesse contexto, os assentamentos rurais não apenas ocupam o território, mas o transformam, por meio de uma nova lógica de organização do espaço e do trabalho.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) contribui com uma leitura crítica sobre os conflitos territoriais e a geopolítica da terra, destacando que a paisagem é um reflexo das lutas sociais, das resistências camponesas e das territorialidades emergentes. Os assentamentos, nesse sentido, são expressão concreta das disputas pelo uso e controle da terra, e sua influência na paisagem revela uma reconfiguração do campo, contrapondo-se ao avanço do agronegócio e à homogeneização do território rural.

A luta pela terra e a conquista dos assentamentos da Reforma Agrária em Conceição da Barra (ES) têm provocado profundas transformações na paisagem rural do município, tanto do ponto de vista físico quanto social, econômico e cultural. Antes da chegada dos assentamentos, grande parte da terra era ocupada por monoculturas extensivas, especialmente cana-de-açúcar, eucalipto e pastagens ligadas ao agronegócio. Com a conquista dos assentamentos, muitas dessas áreas foram convertidas em lotes produtivos, com práticas agrícolas diversificadas. Isso resultou na redução da monocultura e aumento da agrobiodiversidade, recuperação de áreas degradadas com cultivos consorciados e agroecologia, reflorestamento de nascentes e matas ciliares em alguns assentamentos. Uma nova malha de pequenas propriedades (lotes familiares), implantação de estradas vicinais, agrovilas e centros comunitários, criação de uma paisagem rural mais habitada e multifuncional.

Conforme aponta Pereira (2017), economia rural passou a ter uma base mais voltada à agricultura familiar, com produção de alimentos variados, como mandioca, milho, feijão, hortaliças e criação de pequenos animais. Isso promoveu, maior



segurança alimentar local, inserção dos assentados em programas como PAA e PNAE, dinamização dos mercados locais e feiras da agricultura familiar.

A presença dos assentamentos também modificou a dinâmica social do campo: surgimento de novas formas de organização social (associações, cooperativas, coletivos); Valorização do trabalho coletivo e da cultura camponesa; Ampliação do acesso à educação, saúde e infraestrutura básica, ainda que com desigualdades persistentes.

Conclusão

A implantação dos assentamentos da reforma agrária no município de Conceição da Barra contribuiu significativamente para a transformação da paisagem rural, promovendo alterações no uso do solo, na cobertura vegetal e na organização espacial do território, refletindo dinâmicas socioeconômicas e ambientais decorrentes da redistribuição fundiária.

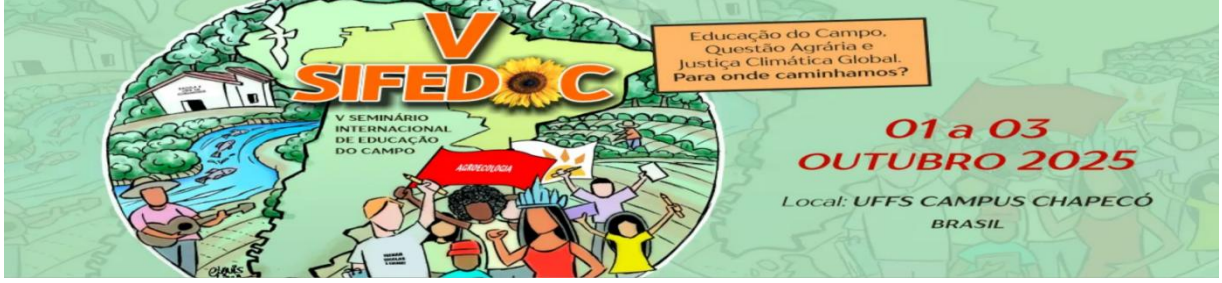
Além da perspectiva agroecológica, os assentamentos são uma resposta concreta às famílias, criando condições para o trabalho, para a produção e moradia, ou seja, organizando a economia e as dimensões da vida social, educacional e cultural das famílias assentadas. Todavia, a grande função social dos assentamentos é produzir alimentos com fartura. Esse é o sentido primeiro da reforma agrária defendida pelos assentamentos do MST: produzir alimentos, eliminar a fome, superar o ciclo de dependência do mercado capitalista e assegurar a produção da maioria dos alimentos, construindo assim soberania alimentar e autonomia camponesa.

Em resumo, os assentamentos da Reforma Agrária em Conceição da Barra têm alterado a paisagem rural ao substituir grandes extensões de monoculturas por territórios camponeses mais diversos, produtivos e vivos, ainda que enfrentando desafios estruturais e políticos.

Referências bibliográficas

ATLAS histórico-geográfico do Espírito Santo. **Território**- SEDU/IJSN, Vitória-ES. 2011. P.51-58.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Acampamento.** IN CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.21-25.



GONÇALVES, Carlos Walter Porto. ***A globalização da natureza e a natureza da globalização*.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MST**. Resistência ativa por Reforma Agrária Popular e na defesa dos nossos territórios.** Texto interno. Novembro, 2020.

PEREIRA, Edmauro Santana. **Geografia da Resistência Camponesa**: o assentamento Paulo Vinhas frente à monocultura do eucalipto no município de Conceição da Barra (ES). São Paulo. 2017.

SANTOS, Milton. ***A natureza do espaço****: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

STEDILE, João Pedro. **Reforma Agrária.** IN CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo e Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.657-666.

SOUZA, Ademilson Pereira, Et al. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo**: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade. Secretaria Estadual Movimento Sem Terra, Vitória –ES. Gráfica e Editora Ltda. 2005. P. 73-145.